

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: INDIFERENÇA ATUAL

José Airton de Castro Bezerra¹
Liana Nise Martins Albuquerque²

RESUMO

A sociedade atual está passando por um processo de construção dos saberes, que requer a participação consciente de cada cidadão do mundo. Um mundo de multiculturalidades, multisaberes que possibilitam uma abertura de horizontes e de fronteiras no conhecimento. Neste contexto, e de modo particularizado, percebemos que os seres humanos estão ficando indiferentes às questões de ordem político-educacional, principalmente aqueles que estão à frente desse processo. Este trabalho se pauta na premissa de que os educadores deveriam desenvolver uma consciência político-social, objetivando o pleno desenvolvimento do ser cidadão, cuja porta de entrada são os projetos político-pedagógicos (P.P.P.) elaborados nas escolas. Com o objetivo de identificar a concepção dos professores e professoras da rede municipal de ensino sobre as questões referentes às políticas públicas e de verificar a real participação dos mesmos na construção do P.P.P. de sua escola, foi elaborado um questionário estruturado abordando o tema e aplicado a 40 (quarenta) professores da rede municipal de ensino da cidade de Campina Grande – PB, atualmente matriculados nos cursos de especialização em Inclusão Escolar, Supervisão Educacional, Psicopedagogia, Linguística e Educação Infantil das Faculdades Integradas de Patos, oferecidos em Campina Grande. Entendemos que as políticas educacionais devem proporcionar uma construção da consciência político-social, através da atuação e visão dos professores, professoras, coordenação pedagógica, gestão escolar, alunos, alunas, familiares e membros da comunidade, nesse aspecto particular, que é o projeto político pedagógico, como instrumento direto de identificação e medição dos rumos a serem seguidos pela escola na construção da consciência cidadã.

Palavras-Chave: Políticas Educacionais, Indiferença, Participação.

1 Professor convidado da Faculdade Plus – FP. E-mail: joitoca@hotmail.com

2 Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: liananise2010@gmail.com

INTRODUÇÃO

Com o processo de modernização e o mundo globalizado, se torna iminente a necessidade de incluir todos, principalmente aqueles desprovidos de informações, numa nova consciência social, centrada na premissa de que vivemos num mesmo mundo e de que as nossas ações particulares representam uma interferência no futuro de todos.

Na sociedade atual, percebemos certa “indiferença” (SIMMEL, 1979), a qualquer discussão acadêmica realizada nas salas de aulas, que represente um interesse político-ideológico, principalmente em relação às políticas educacionais (FALEIROS, 1991) refletida num desconhecimento de determinados direitos básicos à educação por parte dos alunos, alunas, familiares e membros da comunidade. O ponto central desta questão está no desinteresse por parte dos professores e professoras em discutir essas necessidades.

Para ilustrar esses processos que envolvem a dinâmica em torno da conscientização educacional, tão necessária no mundo em que vivemos, é preciso entender, segundo Calderón e Marim (2003), como a descentralização e a municipalização do ensino está sendo formada, principalmente quando é embasada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, apontando caminhos para um ensino que requer uma participação social, ao invés de práticas isoladas em salas de aulas ou uma visão limitadora sobre as discussões político-ideológicas, baseadas em discussões, ideias e ações individualistas. Nesse sentido, é cada vez mais importante um sistema de ensino que passe a ter competências, ações pedagógicas e educacionais definidas a partir das necessidades da sociedade, dos alunos e alunas, no dia a dia escolar.

Uma política educacional que valoriza cada vez mais o aprendizado, as propostas de flexibilização e adequações curriculares, que precisam constar no planejamento pedagógico, na proposta didático-metodológica, através da ação educativa ativa, com consciência sobre as orientações, diretrizes, normas e referenciais da educação brasileira. Um dos fatores que possibilitam essa conscientização educacional são os Projetos Político-Pedagógicos, os chamados P.P.P., que foram realizados nas escolas por determinação do governo federal, através do Ministério da Educação, embora discutidos e postos em prática sem uma conscientização da sua real necessidade e importância no âmbito escolar.

A denominação de professores(as)-alunos(as) do curso de especialização baseia-se na ideia do “inacabamento do ser humano”, defendida por Paulo

Freire (1996), particularmente os professores e professoras como instrumento do processo educacional e investigador frente aos desafios da modernidade. Utilizaremos como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado, com perguntas objetivas e direcionadas à questão do P.P.P. A amostra será limitada a 40 (quarenta) professores(as)-alunos(as), por se tratar de um estudo piloto.

Consideramos importante identificar as relações existentes na construção das ideias disseminadas pelos professores e professoras em relação às políticas educacionais e sua efetivação na prática social, já que estas ações terminam por incutir um determinado tipo de comportamento nos alunos e alunas e nas gerações futuras. Por isso, a indiferença, no sentido proposto por Simmel (1979, p. 16), refere-se a um processo de “atitude blasé”, no qual ser humano, ser individualizado pelas relações econômicas e sociais, perde a capacidade de responder adequadamente às situações vivenciadas. Esse conceito dependendo de como é aplicado em ações práticas, com atividades em sala de aula, termina por representar a possibilidade de construção e da sedimentação de uma determinada forma de pensar sobre o conjunto de ideias e valores que estão sendo veiculados.

No que diz respeito às relações de construção das ideias, podemos nos reportar a Simmel (1979, p. 15 - 16), descrevendo os professores(as) num mundo urbano e industrial: o ser humano das metrópoles, um “subvivente”. Ao analisar o mundo da metrópole, fala de uma estrutura de alta impessoalidade e de uma subjetividade altamente pessoal contidas na atitude blasé:

A atitude blasé resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos. [...] Uma vida em perseguição desregrada ao prazer torna uma pessoa blasé porque agita os nervos até seu ponto de mais forte reatividade por um tempo tão longo que eles finalmente cessam completamente de reagir [...] Surge assim a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada. A essência da atitude blasé consiste no embotamento do poder de discriminar [...] o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas são experimentados como destituídos de substância”.

A postura de indiferença apresentada pelos professores(as) em relação às políticas educacionais, particularmente no que concerne à realização e efetivação do projeto político-pedagógico da escola em que trabalham, demonstra a falta de substancialidade em relação ao ato de aprender.

Os professores(as) modernos estão contextualizados num mundo individualizado, automatizado, reprodutor do sistema dominante, o que denominamos aqui de “aprisionamento escolar”; são aqueles professores(as) que se sentem presos ao conteúdo, às práticas metodológicas tradicionais, aos livros, às salas de aula e, principalmente, acorrenta os seus alunos e alunas numa visão de mundo reducionista e limitada à reprodução e aos conflitos educacionais.

É como uma coisa que se faz presente no dia a dia da sociedade, que domina o pensamento e as atitudes; esperamos notícias resultantes de conflitos, como sendo um “alimento à existência”, que ocorre através da fala, do olhar, das expressões, da imagem, da existência e da necessidade de conviver de forma individualizada e sistemática na sociedade a partir de uma ideologia dominante.

Por isso, entendemos que os conflitos nas sociedades educacionais estão diretamente relacionados às influências geradas pelos conflitos em sociedade. É uma visão que de várias formas e perspectivas nos deparamos dentro do espaço educacional, seja presencialmente ou não. Nesse universo das informações, ao alcance de todos e de maneira dinâmica e prática, de um individualismo, temos condutas, ideias, propostas que reforçam um conflito sistemático, gerando situações de distanciamento, de indiferença sobre as propostas pedagógicas e educacionais voltadas para o ensino e a aprendizagem,

Assim, os professores(as) estão deixando de ver o conflito a partir dos seus significativos educacionais, epistemológicos e estão colocando apenas os aspectos sociais, emocionais, como resultante dessas interações; ou seja, ao invés de ensinar a partir dos conflitos de ideias, em que as interações, inquietações, motivações devem proporcionar uma educação mais argumentativa, institucional, lógica, reflexiva, com base numa participação e em um aprendizado sobre as ações, condutas e práticas para aprender a viver em sociedade.

Desse modo, ao reproduzir uma ideologia de conflitos, estamos destituindo a proposta da educação e atendendo às ideologias da “elite privilegiada”, que paradoxalmente, mostra-se insensível à construção de uma consciência político-social, que possibilite o desenvolvimento dos alunos no seu pleno exercício da condição política, social, humana. A realidade de muitos dos alfabetizados é vivenciar apenas uma reprodução ou um acúmulo de informações adquiridas em sala de aula, nas quais não encontram utilidade no seu dia a dia, particularmente em relação a conhecer os seus direitos na sociedade e o direito de todos.

Segundo Candau (1999, p. 237), os trabalhos com professores e professoras das séries iniciais (e de outras séries) possibilitam recursos para entender a formação docente:

Assim como oferecem indicadores de caminhos para introdução de mudanças que promovam a formação mais consistente desses profissionais, capaz de trabalhar de modo integrado as dimensões político-social, ética, científica, humana e didática do magistério, [...].

Quando a autora alerta para a necessidade de realizarmos um trabalho no qual sejam contempladas as várias áreas do conhecimento e do saber, demonstra-nos que essas dimensões não estão sendo abrangidas, que o ensino está estruturado numa visão limitada dos conteúdos e dos livros didáticos. Essa questão, que não será discutida nesse artigo, constitui o que chamamos de “encarceramento escolar”, ou seja, as limitações impostas ao processo de aprender.

Precisamos entender que somos todos seres políticos, dotados de relacionamentos constantes e necessitamos desenvolver essas habilidades para adquirirmos uma compreensão plena da nossa participação na sociedade, ao invés de ficarmos submersos na indiferença. Para Candau (1999), a problemática está na formação dos professores, professoras e na falta de incentivo político para a construção de uma nova consciência político-social.

Dessa forma, será realizado um levantamento das questões em torno do projeto político pedagógico, por considerarmos que a utilização de informações relevantes obtidas a partir dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) realizados nas escolas, se justifica pelo fato de que, no contexto das políticas educacionais, representam uma leitura prática do direcionamento dado pelas políticas públicas, haja vista que as escolas necessitam seguir as orientações e tendências encaminhadas para o planejamento da gestão da educação no âmbito nacional.

As escolas necessitam dos alicerces de sustentação fornecidos pelos referenciais nacionais, embora a construção dependa diretamente do caminho traçado pelos projetos pedagógicos, para lhes dar forma com seus inúmeros detalhes e a partir dos recursos materiais que dispõem. Assim, essa estrutura preserva os fundamentos da base, buscando, ao mesmo tempo, atender às necessidades individuais da sua comunidade escolar.

O projeto político-pedagógico é um termômetro para a percepção da visão político-ideológica dos professores(as) que o construíram e a indiferença

deles é perceptível quando não se encontram aulas regulares de ética e cidadania, ficando restrita a ocasiões comemorativas ou em atos isolados.

Nesse caso, não estamos querendo dizer com isso que os professores(as) não possuem uma consciência política, mas que o valor atribuído à construção da consciência político-ideológica é preocupante, pois sendo a escola um espaço privilegiado de realização da identidade humana e social, ao deixar de fazer a sua parte, priva a todos do direito de desenvolver a consciência para uma sociedade melhor, mais justa e mais solidária.

Hoje, o processo de descentralização e municipalização do ensino é uma ampliação da participação cidadã nas escolas e nos municípios. Esse processo possibilita, de um lado, o contato mais próximo da comunidade com os poderes públicos educacionais, “enfraquecendo”, por outro lado, os poderes estaduais, com a desvalorização das regionais de ensino dos estados. A formação de uma consciência político-ideológica contribuirá, possivelmente, para a construção de uma sociedade democrática, no sentido de que, nesta, a diferença é incorporada, positivamente, como singularidade de cada sujeito, ao invés de ser aceita a indiferença em relação à consciência cidadã.

Assim sendo, a escolarização, que passa também pela municipalização do ensino, é tomada como um direito subjetivo do indivíduo, sendo inclusive, respaldado pela legislação educacional corrente, especificamente, pela Constituição Federal de 1988, pela nova LDB 9.394/96 e pela Legislação complementar. Dentre os vários aspectos a serem desenvolvidos no seu alunado, a escola tem como função, a construção do ser “cidadão”, no sentido pleno da palavra. Consequentemente, está imbuída de definir qual o tipo de cidadão quer formar, de acordo com a sua construção ideológica, respaldada pela sociedade.

Defendemos a noção de que o projeto político pedagógico pode impulsionar a construção de uma consciência político-social, como um compromisso a ser realizado para a coletividade, definindo as ações necessárias para os interesses reais da coletividade, da escola e do alunado. Essa construção encontra respaldo em concepções teórico-metodológicas sólidas e supõe uma melhora na qualidade e na formação dos que estão envolvidos no exercício da sua cidadania. A proposta do P. P. P. representa o que deve ser considerado como percurso a trilhar, o interesse e a predisposição em elaborar, discutir, realizar e valorizar na prática do dia a dia, ao invés de se tornarem seres indiferentes, reféns do sistema de mercado, competitivos, excludentes e individualizados.

A sociedade brasileira precisa estar atenta para as ações das políticas públicas educacionais. O contexto atual requer intervenções mais amplas e mais adequadas ao pleno desenvolvimento da sociedade. Desde as primeiras ações voltadas para a educação realizadas no Brasil Império até as reformas educacionais atuais, incluindo-se o processo de municipalização do ensino, busca-se, em menor ou maior grau, concretizar ações para amenizar as diferenças sociais. Apesar do interesse de alguns segmentos da sociedade em perpetuar essas diferenças de classes, existirão movimentos políticos, sociais e individuais contrários a essas desigualdades, fortalecendo o direito à educação e, possivelmente, a uma maior participação social e política.

O processo de descentralização, através da municipalização do ensino, demonstra a presença de novos desafios (SOUZA e FARIA, 2003) a serem enfrentados, particularmente pela educação, possibilitando a construção de uma nova ideologia educacional mais participativa junto a um processo de aprendizado político e social.

Ao longo dos anos, tem-se percebido que as intervenções realizadas pelas políticas públicas, em relação à educação, são muitas vezes resultados conduzidos por concepções partidárias ou ideológicas de grupos dominantes. Existe uma política educacional calcada em programas, projetos e planejamentos a longo prazo imperceptível na história da educação brasileira. A reforma educacional iniciada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 enfatiza o processo de descentralização e municipalização do ensino, possibilitando realizações no âmbito educacional de médio e longo prazo, na tentativa de diminuir os índices de analfabetismo, aumentar o nível de inserção daqueles que estão fora das escolas, contribuir com o avanço para os que estão fora da faixa etária e possibilitar uma condição consciente de cidadania coletiva.

Esses são alguns dos desafios para atingir metas quantitativas e qualitativas assumidas pelo Brasil ao participar de conferências mundiais e cumprir promessas aos órgãos mundiais econômicos e sociais. A municipalização do ensino resalta outras características da sociedade brasileira que podem ser levadas em consideração para o seu pleno desenvolvimento, tais como formação dos professores(as), centralização do poder na União e Estados e os recursos para a autonomia local; esses, entre outras características, revelam o desafio da descentralização da educação brasileira.

Atualmente, as redes públicas de ensino das cidades brasileiras estão recebendo a incumbência de gerenciar e prover a educação de um maior número

da população, principalmente nos primeiros anos de vida escolar, até o ensino fundamental, no sentido de prover mais qualidade e adequação do ensino nas escolas públicas. Essa conjuntura educacional modifica a forma de perceber a escola no contexto nacional, tirando o foco dos Estados e direcionando a atenção para os municípios, por estes serem os novos gerenciadores da reforma da política educacional, numa promoção de uma educação de qualidade.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Com o propósito de realizar um estudo de caso, utilizaremos as orientações de Yin (2005, p.139), sobre o “conjunto de manipulações analíticas”, que está “baseada em proposições teóricas” (140). A necessidade de afastar-se das metáforas é necessária para que o cientista não seja influenciado por pensamentos equivocados sobre o objeto, como se fosse parte integrante dele, com a epistemologia que possibilite ultrapassar essas definições prévias das idéias.

Ainda de acordo com Yin (2005, p.34); “A escolha de uma pesquisa qualitativa implica estabelecer, a priori, que o resultado final não se volta para a generalização, e sim para a análise em profundidade, de um número reduzido de situações”. Isso significa que essa categorização dos dados obtidos, está nas técnicas científicas que são construções realizadas pelos seres humanos, para demonstrar a necessidade de se afastar dos fenômenos naturais, técnicas pelas quais conseguimos apresentar o objeto científico. Um objeto que está em níveis de existência que possuem diferentes valores, os quais para Bachelard (1977), existe e utilizamos os objetos para apresentar a realidade do mundo que vivemos, principalmente a partir da construção das ideias.

O método passa a ser de fundamental importância para que se destitua do objeto as inverdades nele existentes, formadas pelo senso comum. Neste sentido, Bachelard (1977) alerta para a necessidade de afastar aquelas que dificultam a compreensão do objeto, baseado na idéia de que, com uma metodologia apropriada, seria possível demonstrar a construção das idéias e do objeto.

Para Bachelard (1977), o conhecimento científico necessita ser elaborado através do racionalismo das coisas, haja vista que o relativismo exacerbado dificulta o processo científico, o que requer um contínuo afastamento dos erros, considerados tentativas nulas, uma aproximação do conhecimento e uma ampliação nas possibilidades de resolver um problema. Os conceitos das coisas não se apresentam na sua superfície, mas estão obscuros pelos falsos conceitos,

opiniões e elementos que impedem de observar de forma clara a resposta do problema de pesquisa, uma problemática constituída do não-eu científico.

Cada corrente de pensamento conduz a um distanciamento maior do senso comum e a uma compreensão científica do objeto estudado; ou seja, a epistemologia é justamente a relação e interação entre as correntes na sociedade moderna, que possibilitam uma leitura dos vários campos do conhecimento, como uma percepção a partir das construções e das experiências que são realizadas constantemente na sociedade, com a ajuda de teorias, instrumentos, métodos e processos que influenciam a linha de pensamento a serem seguidas por cada um.

Assim, consideramos que este trabalho possa ser útil para uma autoavaliação em relação à nossa consciência político-educacional, haja vista termos como sujeitos da pesquisa os(as) professores(as)-alunos(as) dos cursos de especialização em diversas áreas, oferecidos na cidade de Campina Grande - PB, no período de 2018 a 2019, abrangendo turmas de Inclusão Escolar, Supervisão Escolar, Psicopedagogia, Linguística e Educação Infantil, mas mantendo o foco nos profissionais que são lotados na Secretaria de Educação e Cultura na cidade de Campina Grande - PB, por se tratar do processo de municipalização do ensino.

A partir desses direcionamentos, destacamos que o foco do trabalho está na participação dos sujeitos na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) e nas propostas educacionais que objetivam um ensino que possa ser provado, medido, quantificado, ao invés das crenças, dos acontecimentos explicados por dogmas religiosos, que não se baseiam no conhecimento adquirido cientificamente.

Nesse sentido, essa pesquisa tem como objetivo identificar a concepção dos professores e professoras da rede municipal de ensino sobre as questões referentes às políticas públicas e de verificar a real participação deles na construção do P.P.P. de sua escola, a partir da elaboração e aplicação de um questionário estruturado abordando o tema.

Por se tratar de um estudo de caso, foram escolhidos 40 (quarenta) professores e professoras da rede municipal de ensino da cidade de Campina Grande – PB, atualmente matriculados nos cursos de especialização em Inclusão Escolar, Supervisão Educacional, Psicopedagogia, Linguística e Educação Infantil das Faculdades Integradas de Patos (FIP), oferecidos em Campina Grande - PB.

Com base nas informações coletadas durante um período de aproximadamente 3 (três) meses, que ocorreu durante os sábados nesse intervalo de tempo, realizamos as análises com foco em identificar essa compreensão, entendimentos e participação no Projeto Político Pedagógico. Assim, temos como instrumento de coleta de dados foi utilizado 1 (um) questionário objetivo, com 14 (quatorze) questões, para obter informações dos professores e professoras sobre a construção do projeto político pedagógico, nas escolas em que trabalham.

Esse instrumento permite a coleta de informações sobre aspectos que não estão visíveis e são considerados através de opiniões e ideias contaminadas, por isso, o estudo de caso, trata os dados e informações através de uma neutralidade científica, permitindo ao pesquisador analisar as ideias e entendimentos dos sujeitos da pesquisa.

A seguir, apresentamos um quadro demonstrativo correspondente às questões 1, 2 e 3 sobre a formação, a ocupação dos sujeitos e o curso de especialização que se encontram matriculados os participantes desta pesquisa.

Quadro 1 – perfil dos sujeitos

FORMAÇÃO	n ³	% ⁴
Pedagogia	30	75%
Psicologia	1	2,5%
Licenciatura em geografia	3	7,5%
Licenciatura em letras	3	7,5%
Não informaram	3	7,5%
		100%
OCUPAÇÃO ATUAL		
Professor(a)	35	87,5%
Gestor(a)	5	12,5%
		100%
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO		
Inclusão escolar	10	25%
Psicopedagogia	17	42,5%
Educação Infantil	7	17,5%
Linguística	1	2,5%
Supervisão educacional	5	12,5%
		100%

A questão 4, que aborda a área de atuação dos professores e professoras pesquisados, revela que 50% atuam na Educação Infantil, 50% no Ensino Fundamental I, 5% no Ensino Fundamental II e 12,5% trabalham em outra área,

especificamente com formação de professores e professoras, em nível de Ensino Médio profissionalizante. Ressalta-se que alguns professores ou professoras atuam em mais de uma área de ensino.

Ao serem indagados acerca da existência do projeto político-pedagógico (questão 5), 22,5% afirmaram que o projeto existe, 42,5% que existe, mas que está incompleto e 25% informaram que ele não existe. 10% dos professores e professoras entrevistados revelaram desconhecer a existência do projeto político-pedagógico de sua escola.

Sobre a sua participação na construção do P.P.P. (questão 6), obtivemos os seguintes dados:

- 7,5% participaram de todo o processo;
- 55% não participaram de qualquer etapa;
- 35% participaram em algumas etapas;
- 2,5% contribuíram com sugestões.

Esses dados revelam o número expressivo de professores e professoras que não participaram ou que tiveram apenas uma participação eventual em um processo considerado de grande relevância para o desempenho profissional na educação e para o crescimento da escola como um todo.

Na questão 7, referente à leitura do projeto, percebemos um alto índice de indiferença, uma vez que 57,5% afirmam não terem lido o mesmo e 25% leram apenas algumas partes.

Na participação direta dos(as) professores(as) de cada escola, como um todo (questão 8), obtivemos os seguintes resultados:

- 10% correspondem à participação de 1 – 2 professores(as);
- 7,5% referem-se à participação de 2 – 4 professores(as);
- 15% à participação de 4 – 6 professores(as);
- 7,5% à participação de 6 – 10;
- 22,5% à participação de mais de 10 professores(as);
- 30% afirmaram que não houve participação, e
- 7,5% desconhecem qualquer informação a esse respeito.

Os dados referentes à participação de outras pessoas, além dos professores e professoras (questão 9), demonstram claramente o pouco envolvimento de

outros integrantes da comunidade escolar, haja vista que a soma dos itens: 1 – 2 pessoas (17,5%), nenhuma (32,5%) e não sabem informar (10%) perfaz um total de 60%. Os dados, entretanto, não esclarecem se o desinteresse parte das pessoas (excluindo-se os(as) professores(as)), da comunidade escolar ou se não houve estímulo por parte dos gestores das escolas.

Na questão 10, que diz respeito ao envolvimento de alunos, alunas, seus familiares e membros da comunidade, encontramos os seguintes dados: 40% afirmam que nenhum aluno participou do processo enquanto 30% não souberam informar se houve ou não participação de alunos. Para os familiares, os dados são semelhantes: 37,5% indicam nenhuma participação e 32,5% desconhecem qualquer envolvimento por parte de familiares dos alunos. Com respeito aos membros da comunidade, 42,5% afirmam nenhuma participação e 25% não souberam dar esse tipo de informação.

Em relação aos segmentos de órgãos públicos (questão 11), é possível afirmar que 1 – 2 corresponde a 15%; 2 – 4 a 7,5%, em detrimento a 60% de nenhuma participação. E, 17,5% desconhecem qualquer informação a esse respeito.

Indagados sobre leituras referentes à Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 (questão 12), constatou-se que:

- 35% realizaram 1 – 2 leituras;
- 20% realizaram 2 – 4 leituras;
- 5% de 4 – 6 leituras;
- 5% de 6 – 10 leituras;
- 2,5% leram mais de 10 textos;
- 22,5% não realizaram qualquer leitura, e
- 10% não informaram.

Com relação à participação em palestras sobre políticas públicas fora do contexto escolar (questão 13), a soma dos que assistiram apenas 1 – 2 palestras (32,5%) com a dos que nunca tiveram oportunidade de fazê-lo (27,5%), perfazendo um total de 60%, demonstra um alto índice de indiferença, uma vez que o processo de conscientização para a formação do cidadão passa pelo interesse dos professores(as) em conhecer e se envolver ativamente nas discussões acerca do tema relacionado à construção do Projeto Político-Pedagógico da escola em que estão trabalhando.

Assim, finalmente, apresentamos a escala de referência, a questão 14, que solicita dos(as) professores(as) entrevistados uma avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de sua escola a partir das suas ideias e entendimentos sobre a própria participação no contexto institucional.

Assim, considerando os seguintes critérios:

Quadro 2

Escala De Referência	1=Ruim	2=Regular	3=Satisfatório	4=Bom	5=Excelente	Nenhum	Não Informaram
Implementação	12,5%	25%	2,5%	12,5%	12,5%	12,5%	22,5%
Viabilidade	5%	32,5%	15%	5%	5%	12,5%	25%
Aceitação	2,5%	25%	17,5%	7,5%	7,5%	12,5%	27,5%
Recursos Materias	15%	25%	10%	10%	2,5%	12,5%	25%
Recursos Concretos	10%	25%	12,5%	2,5%	2,5%	17,5%	30%

É preciso ressaltar que a opção referente àqueles que não souberam informar não consta no questionário, porém o número de professores(as) que afirmaram não saber de nenhuma informação é expressivo. A argumentação para tal informação foi de que os(as) professores(as) estão há pouco tempo na escola, o que nos chama a atenção para o fato de que a escola não está realizando um trabalho de orientação em todos os aspectos com aqueles que estão chegando às unidades escolares para desempenhar o seu trabalho.

Em contrapartida, a própria indiferença dos(as) professores(as) em relação às questões relacionadas ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, reforça as atitudes e ideias de descaso e desinteresse pelo aspecto ideológico-social, visando às ações necessárias ao compromisso assumido pelo docente em prol da coletividade, da escola e do alunado.

É preciso compreender que as alterações sofridas pela educação e a história da educação e as concepções dos professores(as) em relação às modificações que ocorreram em um século influenciaram as suas vidas e a própria sociedade. A escola, e mais particularmente, a pedagogia desenvolvida desde o surgimento das instituições, vem subjugando a sociedade, de tal maneira que a formação de uma consciência crítica e a educação emancipadora ocorre de forma individualizada; assim, enquanto alguns professores(as) conseguem, seja pelo meio em que vivem, seja pelas relações que desenvolveram ao longo da sua vida, construir uma consciência crítica e uma emancipação educacional.

Existem aqueles professores(as) que ainda continuam a viver num pensamento e prática de obscuridade e reprodução. Uma ideia de educação que é reprodutora, sobre o ato de aprender em relação à percepção que se tem do mundo. Isso consiste na ideia na qual os seres humanos aprendem a partir de convicções do mundo, sem conseguir perceber, compreender, racionalizar o mundo a sua volta ou fazendo uma leitura do que é o mundo pela leitura de outrem, ficando preso em ideias distorcidas, desfiguradas e maquiadas sobre o mundo.

Esse é um dos desafios atuais que as escolas devem estar preparadas para realizar, ou seja, conceber aos seus alunos e alunas as possibilidades de verem, entenderem, interpretar o mundo com seus próprios olhos. Assim, as idéias de igualdade, diversidade cultural (CANDAU, 1997) e consciência crítica são alguns dos elementos fundamentais que devem ser trabalhados nas escolas, com o propósito de auxiliar, promover os meios necessários para a emancipação dos seres humanos.

A pedagogia diferenciada proposta por Perrenoud (2000) parte da perspectiva de rever suas próprias realizações, com um anteparo de apoio pedagógico, metodológico, didático diferenciado, sem isso a educação limita a ação da escola em mudar. Nesse sentido, o que faz com que as escolas possam realizar ações concretas, que apresente e trabalhe mudanças na sua estrutura e funcionamento, está interligada ao apoio que pode acontecer de diferentes formas dentro do mesmo contexto. O fato de as escolas terem, ou não, seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) elaborados, não demonstra por si só, que vão obter resultados excelentes. Existem outros fatores que devem ser considerados dentro das escolas e fora delas.

Um desses fatores são os currículos em funcionamento que são trabalhados nas escolas e podem possibilitar uma compreensão do contexto; eles representam o modo como as escolas viabilizam, operacionalizam e realizam sua proposta pedagógica, que vão além dos conteúdos programáticos, estando intrínseca nas ações, falas, informações e mais do que isso, nas disciplinas e nas políticas educacionais. Isso implica afirmar que o ensino é ativo, faz parte dos processos educacionais e pedagógicos que as escolas proporcionam no dia a dia, nas interações educativas, na formação do pensamento crítico, na afetividade cognitiva etc.

Assim, as reflexões de como estão sendo elaborados esses currículos representam o que as escolas são, no dia a dia, junto à gestão escolar, coordena-

ção pedagógica, professores, professoras, técnicos, alunos e alunas e não o que está nas leis, normas etc. O currículo em funcionamento é um panorama mais próximo da realidade das escolas, uma vez que envolve flexibilizações, adequações e entendimento, respeito, empatia pelos alunos e alunas, diante das suas dificuldades.

Contudo, para Perrenoud (2000, p. 41), apesar das críticas feitas aos poderes públicos, o problema não está na falta de políticas públicas, mas na forma como elas são executadas, haja vista que se trata de um conjunto de acontecimentos que devem ser considerados como um todo e que requerem estratégias mais eficientes, particularmente a questão do fracasso escolar.

Desse modo, as políticas públicas fazem parte desse contexto de modo fundamental, quando torna possíveis programas, recursos, projetos etc., em que há renovação, interações. Entretanto, o conhecimento é um instrumento de poder e de dominação utilizado pelo Estado de direito para sua legitimação, uma vez que o conhecimento científico é restrito, a informação e o saber são utilizados para gerar uma desigualdade na sociedade, causando uma espécie de involução no sentido da emancipação do ser humano; ao invés da possibilidade de um distanciamento da ignorância e avanços na qualidade de vida, utilizamos de sua mera reprodução para a massa populacional, reforçada pela visão das classes dominantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos esse trabalho apenas de modo temporário, haja vista a necessidade premente de uma continuação e investigação mais aprofundada das concepções e percepções dos(as) professores(as) em relação à sua prática nas salas de aulas, referente às ideias do ser cidadão pleno, ao invés de se fixar na ideia da ação individualizada, indiferente ao mundo a sua volta, reproduzindo conteúdos “sem vida”.

Nesse sentido, apesar de a cultura dominante incentivar o individualismo numa sociedade de massa, existe a necessidade de se criar uma sociedade de redes de articulações, que exige de cada indivíduo uma maior interação e participação, valorizando a solidariedade entre os indivíduos e o mundo em que vivemos.

A sociedade atual discute a importância de se viver na comunidade local, ao mesmo tempo em que se encontra em um mundo globalizado de atitudes e

ações que interferem na vida de milhares de indivíduos. Em particular, as questões relacionadas às políticas educacionais interferem diretamente no processo de conscientização do cidadão; por ser uma rede interligada, as políticas educacionais possibilitam a construção de uma consciência político-social, que insere todos num processo de valorização da sua própria existência, não de forma individualizada ou indiferente, mas de modo coletivo.

Por essa razão, consideramos importante conhecer a visão dos professores, professoras, coordenação pedagógica, gestão escolar, alunos, alunas, familiares e membros da comunidade, nesse aspecto particular, sobre o que é o Projeto Político Pedagógico na sua existência educacional. Além de aprofundar cada vez mais as reflexões, inquietações diante de estudos sobre a consciência crítica e a participação ativa nas escolas, como instrumento direto de identificação e medição dos rumos a serem seguidos pela educação na construção da consciência cidadã.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **Epistemologia: Trechos escolhidos por Dominique Lecourt**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BACHELARD, G. **O Novo Espírito Científico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

BRASIL Governo Federal. Constituição Federal: texto constitucional de 5 de outubro de 1988 – Ed. Atual. Em 2000. Brasília: Senado federal. 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; MARIM, Vlademir. Participação popular: a escola como alvo do terceiro setor. **Desafios da Educação Municipal**. (Orgs.) Donaldo Bello de Souza & Lia Ciomar Macedo de Faria. Rio de Janeiro; DP&A, 2003.

CANDAU. Vera Maria F. Pluralismo Cultural, Cotidiano Escolar e Formação de Professores. CANDAU (Org.). **Magistério: Construção Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. 5ª edição. São Paulo, editora Brasiliense, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar. (1979).

SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. O processo de construção da educação Municipal pós-LDB 9.394/96: políticas de financiamento e gestão. In: **Desafios da Educação Municipal**. (Orgs.) Donaldo Bello de Souza & Lia Ciomar Macedo de Faria. Rio de Janeiro; DP&A, 2003.

YIN, Robert k. **Estudo de casos**: Planejamento e métodos. São Paulo: Editora Bookman, 2005,